

# O bispado de Lamego na Primeira República: a aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas\*

LUCIANO AUGUSTO DOS SANTOS MOREIRA

Diocese de Lamego  
lucrdp@gmail.com

**Resumo:** Apresentam-se neste estudo os principais acontecimentos na diocese de Lamego aquando da implantação da I República em Portugal, tendo por base a aplicação da lei da Separação do Estado das Igrejas de 20 de Abril de 1911. São também estudadas as principais reacções do bispo e do clero de Lamego face à legislação republicana.

**Palavras-chave:** Diocese de Lamego, I República, Lei da Separação, Padres pensionistas.

**Abstract:** We present the major events in the diocese of Lamego during the first years of the First Republic in Portugal, based on the application of the law of separation of State from Churches of April 20, 1911. We also present the main reactions of the bishop and clergy of Lamego under the republican laws.

**Keywords:** Diocese of Lamego, First Republic, the Law of Separation, Pensioner priests.

\* O tema aqui apresentado resulta de uma síntese do trabalho: MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos – *O Bispado de Lamego na I República: os efeitos da Lei da Separação do Estado das Igrejas*. Viseu, 2010; e da comunicação apresentada ao Congresso Internacional de História “Religião, Sociedade e Estado: 100 Anos de Separação” realizado em Lisboa, na Universidade Católica Portuguesa, de 13 a 16 de Abril de 2011.

## 1. Descrição da diocese de Lamego em 1910

A diocese de Lamego tem como característica própria, ainda hoje, ser a única diocese de Portugal que não é capital de distrito, embora esse seja um velho sonho das gentes desta região; a criação do distrito administrativo de Lamego<sup>1</sup>, pois várias têm sido as tentativas sem nunca se ter conseguido a sua criação. A cidade de Lamego tem, no facto de ser uma das mais antigas sedes de bispado, um dos pontos de apoio para tal pretensão.

Em 1910, aquando da implantação da Primeira República, faziam parte da diocese de Lamego 22 concelhos distribuídos por 4 distritos: Alijó, Régua, Santa Marta de Penaguião, Murça, Sabrosa, Mesão Frio e as paróquias de Abaças e Guiães do concelho de Vila Real (distrito de Vila Real); Cinfães, Castro Daire, Resende, Lamego, Tabuaço, Tarouca, Armamar, Moimenta da Beira, Penedono, Sernancelhe, São João da Pesqueira, Vila Nova de Paiva, (distrito de Viseu); Mêda, Vila Nova de Foz Côa (distrito da Guarda) e a freguesia de Alvarenga que é do concelho de Arouca e pertence ao distrito de Aveiro.

Situada no interior norte de Portugal, na região da Beira Alta e do Alto Douro, a diocese de Lamego é atravessada ao meio pelo rio Douro, que caracteriza a sua paisagem de vinhedos e de serras, contrapondo o xisto do Douro com o granito da Beira, a vinha, a oliveira e a amendoeira do Douro, com os castanheiros e carvalhos da Serra. Nesta época poderemos dizer que a diocese de Lamego está no coração da zona demarcada do vinho do Porto e é das suas terras que sai a quase totalidade deste precioso néctar.

A nível económico, a população da diocese de Lamego, em 1910, tem na agricultura a sua base de sustento. Nela trabalha cerca de 76% da população (218 565 habitantes), seguida da pequena indústria com 12% (36 151 habitantes), o comércio com 3% (9 257 habitantes), as profissões liberais com 2% (4 805 habitantes), as actividades ligadas aos transportes com 2 % (4 594 habitantes) e uma pequena percentagem (1 258 habitantes) na função pública.

A República não trouxe nenhuma melhoria às condições de vida das populações da diocese. As gentes do Douro, habituadas a dar o seu suor para oferecer ao mundo a alegria de saborear um néctar maravilhoso, viam o comércio continuar exangue, e as vias de comunicação em mísero estado, esperava-se urgentemente a ligação férrea entre a Régua e Lamego e entre Lamego e Vila Franca das Naves, como forma de facilitar o transporte de mercadorias e passageiros, o que nunca veio a acontecer<sup>2</sup>, permanecendo isolados os concelhos mais a interior da diocese.

1 SILVA, Almeida – *Distrito Administrativo de Lamego: subsídios para a sua história*. Lamego: Tipografia Moderna, 1968, p. 22-65.

2 *O Progresso*, nº 1449, de 22 de Abril de 1911.

A situação social também não melhorou com a República e agravou-se desde o início do ano fatídico de 1914, evoluindo para «uma forte agitação de protesto e de reclamações feitas em comícios públicos», com «acontecimentos tumultuários e ataques a armazéns»<sup>3</sup>. Apesar de ter sido pouco abundante, a colheita de 1913 não se vendia ou vendia-se a preços muito baixos. A isto, pode acrescentar-se os maus anos agrícolas devido às más condições atmosféricas (geadas, fortes chuvadas, trovoadas violentas e graves secas), sobretudo na produção da vinha como um ataque devastador de míldio; além de todos estes males, quando está mau tempo os jornaleiros não podem trabalhar e, não podendo trabalhar, não ganham dinheiro nem sequer para o pão dos filhos<sup>4</sup>.

Os anos de 1914-15 são também de grande agitação social nos concelhos do Douro, marcados pela chamada “Questão do Duriense”, que pedia ao Governo medidas de maior fiscalização sobre a entrada de vinhos do Sul no Douro e nos armazéns de Gaia e a adopção do princípio do exclusivo do fabrico do vinho generoso tipo Porto, para a região duriense, já consagrado na legislação de 1907-1908, acompanhado das alterações consideradas necessárias à regulamentação do comércio dos vinhos do Douro. Estava em causa a protecção efectiva e real da marca regional dos vinhos durienses contra a usurpação praticada pelos viticultores do Sul. Reclamava-se a regulamentação do sector dos vinhos de mesa do Douro, «evitando que no mercado do Porto se vendessem como vinhos do Douro enormes quantidades de vinho que são de toda a parte menos do Douro». Pediam-se medidas de apoio para os viticultores cujas vinhas tinham sido gravemente afectadas pelo míldio e pelas trovoadas<sup>5</sup>.

Todos estes protestos vão levar ao chamado “motim de Lamego” em Julho de 1915, quando os produtores de vinho se reúnem em Lamego, numa manifestação de descontentamento, que congregou cerca de quatro mil manifestantes, que resultou em graves confrontos dos quais resultaram doze mortos e dezanove feridos<sup>6</sup>.

Além de todos estes problemas, a emigração principalmente para o Brasil retirava à agricultura a maioria dos braços necessários para o cultivo. É do distrito de Viseu, à qual pertenciam grande parte dos concelhos da diocese, que em 1911 saiu a maior percentagem de emigrantes do país, com cerca de 50 mil pessoas, e o da Guarda e

3 Pereira Gaspar Martins; Sequeira Carla – Da «missão de Alijó» ao «motim de Lamego»: crise e revolta no Douro vinhateiro em inícios do século XX. *Revista da Faculdade de Letras – História*. III Série. 5 (2004) 61-63.

4 *A Voz da Verdade*, nº 20, de Julho de 1911.

5 COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DURIENSE – *Relatório da Comissão Executiva do ano de 1914*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917, p. 69.

6 SANTOS, Miguel António Dias – *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p. 340-341. A fonte citada por este autor para fornecer estas informações é: IAN/TT, MI, DGAPC, maço 61; *A Tribuna*, nº 74, de 25 de Julho de 1915.

Vila Real com 32 mil<sup>7</sup>. Emigra-se pela ganância da riqueza, mas sobretudo para que não se morra de fome, sobretudo homens jornaleiros que não têm trabalho nas suas terras de origem, e por falta de terras próprias que possam cultivar.

A nível do ensino e da instrução, somente cerca de 18 a 20 % da população sabia ler e escrever, as crianças eram retiradas muito cedo da escola, de modo a poderem ajudar nos trabalhos agrícolas, o que levava a que as escolas fossem fechadas.

A nível eclesiástico, em 1910, a diocese de Lamego faz parte da província eclesiástica de Braga, juntamente com as dioceses de Braga, Bragança, Porto, Coimbra e Viseu. A divisão eclesiástica é composta por 18 arceprestados, dos quais faziam parte 287 paróquias e 281 freguesias, uma vez que algumas paróquias não são freguesias.

A população<sup>8</sup> da diocese, em 1911, era constituída por 280 860 habitantes, com 70 256 fogos, aos quais prestavam assistência religiosa cerca de 322 sacerdotes<sup>9</sup>, que dá uma média de 872 habitantes por sacerdote, uma média superior à do país, que seria de um sacerdote por mil habitantes.

Existiam em toda a diocese, em 1910, cerca de 334 igrejas, uma em cada paróquia, mas em algumas paróquias existiam vários locais de culto, nas chamadas anexas, que era realizado em capelas.

A formação do clero diocesano era feita no seminário de Lamego desde, o fim do século XVIII; dele saíram na 1ª década do século XX, 133 sacerdotes, 89 naturais da diocese e 44 vindos de outras dioceses do país. Pelo seminário de Lamego, passaram também na 1ª década do século XX, 352 alunos distribuídos pelos 3 anos do curso de Teologia<sup>10</sup>.

## 2. O impacto da Lei da Separação do Estado das Igrejas na diocese de Lamego

A proclamação da República, nos concelhos que faziam parte da diocese de Lamego em 1910, fez-se sem tumultos de maior. O mesmo já não se poderá dizer face

7 Cf: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. XI: *Da Monarquia para a República*. Lisboa: Presença, 1991, p. 29-33.

8 Censo da população de Portugal no 1º de Dezembro de 1911: 5º Recenseamento Geral da População. Parte I: Fogos - População de residência habitual e população de facto, distinguindo o sexo, nacionalidade, naturalidade, estado civil e instrução. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

9 As fontes para poder apresentar estes dados são: *Jornal Correio de Viseu* do ano de 1912, que durante o meses de Agosto e Setembro publicou o nome dos párocos por arceprestados, apontando os que teriam pedido a pensão, mas desta lista estão excluídos os sacerdotes recentemente ordenados ou falecidos; o *Livro das Nomeações dos Párocos de 1914*; e o *Livro de Registo das Ordenações da Diocese de Lamego – 1888-1936*, sendo que estes números não são certos a 100%, visto que constantemente se ordenavam novos sacerdotes, outros morriam e alguns não são citados em fonte alguma.

10 *Livro de Registo das Ordenações da Diocese de Lamego – 1888-1936*.

à legislação republicana nas questões religiosas, embora sem chegar ao extremismo de outras dioceses do país<sup>11</sup>.

É pela leitura dos jornais locais da época, publicados nos concelhos que fazem parte da diocese de Lamego<sup>12</sup> em 1910-16, e nos distritais<sup>13</sup>, que se identifica grande parte dos acontecimentos registados face à questão religiosa.

Os periódicos locais da época, quase todos republicanos, estavam ao serviço das Câmaras e Administrações concelhias, servindo para dar a conhecer os ideais republicanos e as suas leis. Foram um veículo importante na consolidação da República a nível local. Muitas vezes; ainda que timidamente, publicavam artigos anticlericais de correspondentes ou de outros jornais. Neles eram defendidos os bons padres republicanos, que muitas vezes também eram correspondentes, e enxovalhados os que não o eram, ou não cumpriam as leis da República ou não as respeitavam.

O bispo de Lamego, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, também está presente, na reunião do episcopado na residência do patriarca de Lisboa, em S. Vicente, para reflectir sobre as primeiras medidas anticlericais do Governo Provisório, em Dezembro de 1910, onde também assina a “*Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fieis de Portugal*” de 24 de Dezembro de 1910<sup>14</sup>. Neste documento os prelados apontavam o acatamento das novas instituições como um dever dos católicos portugueses, «em tudo o que não for contrário à consciência»<sup>15</sup>, declarando que a Igreja não tem predilecção por qualquer forma de governo, não estando enfeudada a qualquer regime político.

Embora fosse datada de 24 de Dezembro de 1910, a Pastoral foi enviada aos párocos somente no final de Fevereiro 1911; esta demora revela alguma incerteza sobre a actuação mais correcta por parte dos bispos face àquilo que se esperava da publicação da Lei da Separação que, assim, seria abrangida pelos comentários à legislação anticatólica contidos na Pastoral<sup>16</sup>.

11 MOREIRA, Luciano Augusto dos Santos, *O Bispado de Lamego na I República...*; COSTA, Manuel Gonçalves da – *Seminários e Seminaristas de Lamego: monografia histórica*. Lamego: 1990, p. 375.

12 Jornais Locais: **Lamego**: *O Progresso* (1910, 1911, 1912, 1913, 1914), *O Restaurador* (1914,1915), *A Fraternidade* (1911, 1912, 1913, 1914), *A Semana* (1910, 1911), *A Tribuna* (1914, 1915), *As Verdades* (1910, 1911, 1912) e *Boletim da Diocese de Lamego* (1916 a 1936); **Cinfães**: *Echos de Sinfães* (1911, 1912) e *Aurora de Sinfães* (apenas foram publicados 2 números em 1911); **Castro Daire**: *O Castrense* (1911, 1912, 1913) e *A União* (1914); **Vila Nova de Foz Côa**: *O Povo de Foz Côa* (1914, 1915) e *Noticias de Fozcoa* (1907-1911); **Tabuaço**: *O Tabuense* (1912) e *Taboacense* (1907-1910); **Armamar**: *A Beira Alta* (1911, 1912,1913); **Moimenta da Beira**: *A Folha do Norte* (1911); **Poiães da Régua**: *O Mensageiro da Virgem* (1915-1919); **Penedono**: *O Progresso de Penedono*.

13 Jornais Regionais: **Viseu**: *A Folha* (1910, 1911), *A Voz da Oficina* (1910, 1911, 1912), *Correio da Beira* (1911, 1912, 1913), *Revista Catholica* (1910) e *O Comércio de Viseu* (1910, 1911, 1912, 1913); **Guarda**: *A Guarda* (1910, 1911, 1912, 1913, 1914) e *O Combate* (1910).

14 SEABRA, João Maria Félix da Costa – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX: a Lei da Separação de 1911*. Cascais: Editora Principia, 2009, p. 334.

15 *Ibidem*, p. 318.

16 MOURA, Maria Lúcia de Brito – *A guerra religiosa sob a I República: o impacto da Lei da Separação*. Texto fotocopiado da dissertação de doutoramento em Letras, na Área de História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Faculdade de Letras, 2004, p. 70.

Assim que o Governo soube da publicação desta Pastoral do episcopado, tentou evitar que o seu conteúdo chegasse à população. Possivelmente temia os efeitos da leitura e, mais ainda, das explicações dos párocos, para fazer entender passagens menos claras. Alguns dias depois, por telegrama, o ministro da Justiça, Afonso Costa, fez saber aos prelados que o conselho de ministros decidira negar o beneplácito à pastoral. Manifestou o desejo de que cada um dos bispos, em resposta, informasse sobre as diligências que tencionava tomar no respeitante às ordens a dar aos párocos<sup>17</sup>.

D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, em nota publicada num jornal católico afirma que:

«Como funcionário do Estado e da Igreja nesta diocese, comprometo-me ter como sempre tive em toda a consideração quaisquer resoluções do governo deste país, relativamente a pastoral colectiva a que V.Exa se refere, devo declarar ter sido distribuída sem beneplácito, como tem sido sempre qualquer pastoral ou circular em que os prelados no exercício das suas funções transmitam ao clero e aos fiéis a sua doutrina. Mas se a referida pastoral é proibida pelo conselho de ministros, sob pena de processo aos párocos que a lerem, não contrariarei eu jamais essa ordem, sentindo muito que sejam processados aqueles párocos que a hajam lido, e aconselharei prudência e obediência aos que não leram»<sup>18</sup>.

Sabemos, que alguns párocos ainda leram na eucaristia dominical algumas partes da Pastoral Colectiva. Também os jornais<sup>19</sup> da cidade de Lamego afirmam que os párocos que não foram avisados a tempo pelo administrador do concelho fizeram a leitura da dita Pastoral. O jornal do grupo republicano radical de Lamego, *Verdades*, aproveita este episódio para criticar a falta de astúcia para fazer cumprir as ordens governamentais, e criticar o clero. Pois na freguesia de Magueija, «na missa de domingo o abade leu a Pastoral, e no final o povo levantou vivas à monarquia, e gritos contra as instituições republicanas, vendo-se às aranhas o presidente da Junta de Paroquia e o regedor, para acalmar os manifestantes, pagando-lhes vinho e bacalhau para abafarem os ímpetos monárquicos»<sup>20</sup>.

O administrador de Sernancelhe, em Março de 1911, avisa os regedores das freguesias para que informassem os párocos de que não podiam ler a Pastoral dos bispos em qualquer lugar público sob a pena de serem punidos<sup>21</sup>.

Em Castro Daire, só quatro ou cinco padres é que leram a Pastoral, que não tinham sido avisados pelas autoridades para não a lerem, tendo-a entregado passados

17 *Ibidem*.

18 *A Folha de Viseu*, nº 3, de 12 de Março de 1911.

19 *A Fraternidade*, nº 15, de 11 de Março de 1911.

20 *Verdades*, nº8, de 6 de Março de 1911.

21 *A Folha do Norte*, nº 3, de 9 de Março de 1911.

uns dias ao administrador do concelho quase todos os sacerdotes do concelho<sup>22</sup>. Em Tabuaço, alguns padres também a leram como nos informa o jornal local<sup>23</sup>.

Em Foz Côa, o arcepreste, P. António José Pires, reuniu todos os sacerdotes do arceprestado e decidiram não ler a Pastoral, depois de terem consultado o bispo D. Francisco José<sup>24</sup>.

No início do mês de Maio de 1911, está uma vez mais em Lisboa o bispo D. Francisco José<sup>25</sup>, em reuniões com os restantes bispos do país; dessas reuniões sai o “*Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de Abril de 1911, que separa o Estado da Igreja*”<sup>26</sup>.

Se os bispos não ficaram parados nem calados face ao Decreto-lei da Separação, o mesmo fazem os párocos da diocese de Lamego, que durante o mês de Maio e Junho se reúnem por arceprestado e, por unanimidade, resolvem protestar contra a Lei da Separação, afirmar a sua completa obediência ao Papa e ao Prelado da diocese, renunciar às pensões que na Lei lhes são prometidas, nada fazer sobre as associações culturais, continuar a servir com dedicação a Igreja e a Pátria e serem solidários com qualquer colega da diocese que seja perseguido por motivos religiosos<sup>27</sup>. Em algumas destas reuniões houve divergências sobre a aceitação ou não das pensões que o governo concede pela Lei da Separação aos sacerdotes, como aconteceu na reunião do arceprestado de Moimenta da Beira, em Caria, em casa do arcepreste<sup>28</sup>.

Em 4 de Outubro de 1911, o administrador do concelho de Lamego pede ao governador civil de Viseu para comunicar ao ministro da Justiça que pelo artigo nº 99 da Lei da Separação o prelado de Lamego tinha perdido o direito a viver no paço episcopal, uma vez que renunciou à pensão a que tinha direito, estando a viver nele sem ter esse direito, apenas por uma atitude de tolerância. É também o bispo D. Francisco José acusado de permitir que no paço episcopal se reúnam vários conspiradores da República em Lamego, tendo o administrador do concelho de Lamego montado vigias sobre o edifício e as cercas. Sendo o paço episcopal um ninho de conspiradores em que o bispo é o maior, é necessário que seja expulso de lá para que não haja mais reuniões<sup>29</sup>.

Mas logo no início de 1912, tal como o fizeram os seus colegas na dignidade episcopal, D. Francisco José, com data de 14 de Janeiro, escreve uma circular sobre as culturais, que é enviada a todos os párocos a 29 de Janeiro<sup>30</sup>, onde afirma:

22 *O Castrense*, nº 5, de 12 de Março de 1911.

23 *Correio de Taboação*, nº 68, de 8 de Março de 1911.

24 *Noticias de Foscoa*, nº 116, de 12 de Março de 1911.

25 *Correio da Beira*, nº 13, de 13 de Maio de 1911.

26 SEABRA – *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX...*, p. 335-341.

27 Estas mensagens que saem das reuniões de todos os arceprestados da diocese são publicados no jornal *Correio da Beira*, durante os meses de Maio e Junho de 1911.

28 *A Folha do Norte*, nº 3 de 25 de Maio de 1911.

29 Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (doravante ACMF): Arquivo/CJBC/VIS/LAM/ADMIN/053.

30 *A Fraternidade*, nº 62, de 3 de Fevereiro de 1912.

«que estas são cismáticas, e por isso que os membros de tais associações e todos os que para a sua formação contribuíam ficarão incursos, ipso facto, na pena de excomunhão. Que a nenhum dos fiéis, clérigo ou leigo, é lícito fazer parte das associações ou agrupamentos culturais formados, nem concorrer directa ou indirectamente para a sua formação, nem delas receber subsídios. Esta mesma doutrina, é aplicável às Irmandades e Confrarias ou associações que tornem o carácter de culturais. Se em alguma freguesia se tiver estabelecido uma cultural, o pároco deverá continuar a celebrar os actos do culto na sua Igreja, enquanto não for expulso. Se algum padre se apresentar a celebrar os ofícios divinos na Igreja por ordem ou às ordens da associação cultural, o legítimo pároco, feito o devido protesto, deve abandonar a Igreja, avisando o povo para que não participe do culto cismático. Se alguma Igreja vier a ser fechada ou interdita, o pároco celebrará os actos paroquiais em qualquer capela pública da freguesia, ou capela particular, com prévio consentimento do proprietário, ou em capela ou Igreja paroquial da freguesia próxima, de acordo com o respectivo pároco»<sup>31</sup>.

D. Francisco José recomenda também aos párocos que dêem conhecimento aos seus paroquianos esta doutrina.

A reacção do Governo face a esta circular do bispo não se fez esperar: a 2 de Fevereiro é enviado um telegrama do ministério da Justiça, a perguntar ao bispo se a circular, na qual ele condena formação de culturais, e para a qual não houve beneplácito, se era ou não da sua autoria<sup>32</sup>. O bispo responde ao ministro da Justiça, numa carta onde afirma ser ele o autor da dita circular e reivindica a sublimidade e grandeza do seu divino ministério<sup>33</sup>.

No dia 14 de Fevereiro, um mês depois da publicação da circular, o administrador do concelho de Lamego, Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa, por ordem superior, apresenta-se no paço episcopal, intimando o bispo com um mandado<sup>34</sup> de expulsão e desterro pelo período de dois anos<sup>35</sup>.

O bispo D. Francisco José responde, nesse mesmo dia, com uma carta de protesto, ao administrador do concelho<sup>36</sup>, e no dia antes da sua partida para o desterro, uma carta de protesto ao Presidente da República, não só contra a violência sobre ele exercida, mas também, contra o abuso do poder por parte do ministro da Justiça<sup>37</sup>.

No dia da sua partida para o desterro, para a sua terra natal em Rendufinho – Vila Nova de Poiares, a 17 de Fevereiro, escreve uma carta ao clero e fiéis da diocese de Lamego<sup>38</sup>, onde lhes explica as razões do seu desterro e a forma como se deu. Encoraja o clero e os fiéis a manterem-se firmes na fé, e pede-lhes orações, agradece-lhes as provas

31 *Carta do Bispo de Lamego aos seus diocesanos*. Braga: Livraria Escolar – Cruz & C.ª, editores, 1912, p. 15-16.

32 *Ibidem*, p. 17.

33 *Ibidem*, p. 19-22.

34 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/LAM/PROCD/001: ver anexos: (Documento D) Decreto de desterro; *Carta do Bispo de Lamego aos seus diocesanos...*, p. 25.

35 O jornal *A Fraternidade*, nº 62, de 13 de Fevereiro de 1912.

36 *Carta do Bispo de Lamego aos seus diocesanos...*, p. 27-28.

37 *Ibidem*, p. 29-45.

38 *Ibidem*, p. 5-14.



de estima, respeito e consideração que tiveram com ele naquela hora, pois ainda que ele esteja ausente fisicamente, continuará presente em espírito, pois é o seu bispo até à morte.

Pede também que a carta seja lida e explicada em todas as igrejas e capelas públicas da diocese, e que lhe dêem conhecimento os arceprestes, da maneira como todas as suas resoluções são cumpridas.

Nos 2 anos em que esteve desterrado, ficou nomeado pelo bispo um administrador diocesano, para governar a diocese; o cónego Joaquim Pereira Pedrosa e Sousa<sup>39</sup>. Na sua terra natal D. Francisco José exercia as funções do seu ministério na diocese de Braga, uma vez que o arcebispo de Braga também estava desterrado fora da diocese. O bispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, que na mesma altura também estava desterrado na sua casa em Poiães - Régua, prestava idênticos serviços na diocese de Lamego<sup>40</sup>.

No regresso do exílio, em 5 Março de 1914, D. Francisco José teve apoteótica recepção, desde a estação da Régua, onde foi esperado por grande número de fiéis, com inúmeros automóveis, até Lamego, onde mais de 5 000 pessoas o receberam em júbilo, ainda que as autoridades tenham proibido outras manifestações de regozijo, como os foguetes ou bandas de música. De seguida dirigiu-se para a Sé Catedral onde foi cantado um solene “*Te-Deum*”, após o qual o venerando prelado recebeu os cumprimentos e diversas mensagens de congratulação<sup>41</sup>, tendo ainda sido preso o P. Jerónimo Teixeira de Vasconcelos de Paçô, por ter sido falsamente denunciado de ter levantado um viva à Monarquia<sup>42</sup>.

Um telegrama, enviado pelo administrador do concelho de Lamego ao governador civil de Viseu, que é reenviado por este para o Ministério do Interior, confirma que a recepção ao bispo D. Francisco José se deu de forma ordeira, não houve foguetes à sua chegada e também foram levantados alguns “vivas à República”<sup>43</sup>.

### 3. Conflitos e motins na aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas na diocese de Lamego<sup>44</sup>

O administrador do concelho de S. João da Pesqueira afirma que a Lei da Separação foi a principal causa de afrontamento dos seus habitantes à República, e se

39 COSTA – *Seminários e Seminaristas de Lamego*, p. 381.

40 Sabemos pelo *Livro de Registo das Ordenações da Diocese de Lamego – 1888-1936*, que D. Manuel Vieira de Matos, ordenou na diocese de Lamego, entre 1912-1913, 18 sacerdotes, além de ter ordenado diáconos e conferido ordens menores.

41 *A Fraternidade*, nº 170, de 7 de Março de 1914.

42 *Povo de Foz Côa*, nº 11, de 22 de Março de 1914.

43 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/LAM/ADMIN/048.

44 Quase todas as informações dadas neste capítulo têm com fonte o Questionário acerca da aplicação da Lei da Separação: ACMF/Arquivo/CJBC/INQUE: Este questionário acerca da execução da Lei da Separação foi enviado aos administradores dos concelhos e aos presidentes das câmaras municipais de todo o país em Fevereiro de 1914.

não se modificar tornando-a mais tolerante continuará a ser um obstáculo insensível. Da mesma forma, o administrador do concelho de Lamego diz que a República só lucraria facilitando o culto. Outros vão dizendo que a Lei da Separação tem sido aplicada nos seus concelhos, de forma que não levante o protesto popular nem escravize a consciência dos crentes. Pedindo que fosse revista, de modo que atenda às anotações e reclamações do povo, se querem que ele um dia ame a República.

No concelho de Tarouca houve tumultos, por ser costume haver missas nocturnas no dia 1 de Novembro, e uma minoria de republicanos opunha-se, fundando-se na Lei da Separação; só a muita prudência do administrador valeu para que não houvesse conflitos gravíssimos. E no verão de 1914, houve tumultos, por causa de um cadáver de uma mulher que tinha morrido no monte de Santa Helena, com fama de santa, e que ao fim de três meses da sua morte ainda não estava sepultada. O abade de Tarouca queria o dito cadáver da “santa democrática” enterrado num cemitério comum, como forma de terminar com os falsos boatos, mas o povo democrático e a junta (maçons) queriam-lhe fazer uma gruta perto da capela de Santa Helena no alto do monte<sup>45</sup>. O abade de Tarouca reclama dizendo que a dita “santa democrática” não tinha fé, nem sabia a doutrina da Igreja, e nada queria com os sacramentos da Igreja. Estão presentes neste tumultos os interesses dos comerciantes que têm ganho bom dinheiro com os romeiros que se dirigem até ao alto do monte em busca de milagres por intermédio da dita “santa”, milagres esses que não aparecem, mas que são apregoados em alguns jornais republicanos<sup>46</sup>.

No concelho da Mêda, na freguesia de Vale de Ladrões, houve um motim pelo motivo de uma festividade da 1ª comunhão, ali realizada no 5 de Outubro de 1913, ter sido feita no referido dia. O movimento de oposição a esta festa foi dirigido por um restrito grupo de cidadãos republicanos locais, oposição que deu lugar a conflitos em que se envolveram a massa dos fiéis a favor da realização dessa festividade, mas este motim não chegou a ter carácter de movimento popular.

O concelho de Foz Côa foi talvez o concelho da diocese de Lamego onde existiram mais problemas na Primeira República a nível religioso, e mais perseguições ao clero. O fanatismo religioso existia principalmente na vila de Foz Côa, onde quase não havia família que não contasse entre os seus membros com um padre católico e em Muxagata e Freixo de Numão, onde o povo sentia mais a necessidade do culto religioso.

Em Murça, o presidente da Comissão Executiva da Câmara diz que, no concelho, reina uma certa corrente na opinião pública contra o facto de o administrador por moda à religião católica, pôr o nome de “católico” ao seu cavalo, que conserva e quando cavalga nele chama-lhe católico, de forma que possa ser ouvido pelos fiéis de tal religião.

45 Cf: ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/TAR/ADMIN/023, Assunto: Sobre o enterro em terreno baldio do Estado de uma mulher no lugar da Serra de Santa Helena, no concelho de Tarouca.

46 *Correio da Beira*, nº 363, de 26 de Setembro de 1914, e *Correio da Beira*, nº 378, de 18 Novembro de 1914.

O toque dos sinos considerado por alguns como a mais ruidosa das manifestações do culto externo, tinha forçosamente de atrair as atenções dos que desejavam remeter todas as expressões culturais para o domínio do privado. A luta entre os que pretendiam calar essa voz e os que teimavam em mantê-la foi uma das facetas da guerra que durante anos dividiu e uniu as populações<sup>47</sup>, sendo também uma questão muito debatida na diocese de Lamego.

A *Folha do Norte* que se publicou alguns meses em Moimenta da Beira, logo no primeiro número em Fevereiro de 1911, pedia ao administrador de Sernancelhe que pusesse cobro ao estúpido uso que se dava em Ferreirim, de que quando morria alguém, seja a que horas for da noite, irem aos sinos tocar e porem-nos em brasa com o toque de finados. E que, se isso é preciso para os mortos entrarem na glória, que deixassem o toque dos sinos para o dia. O mesmo jornal avisava para o facto de numa farmácia da Vila da Ponte – Sernancelhe o dono raramente estar presente, sendo gerida pela esposa e criadas e que nos últimos dias, estar lá um padre e, quando lhe pediam remédios, perguntava aos clientes se não se queriam confessar<sup>48</sup>.

Em Santa Marta de Penaguião, foi o toque dos sinos, depois do pôr-do-sol, que fez levantar algumas desobediências à aplicação da Lei da Separação, porque o povo estava habituado a ouvir tocar os sinos à noite, para as Avé-Marias e, antes do nascer-do-sol e só depois se levantar para ir trabalhar. Pela ocasião da quaresma era costume tocar os sinos às oito horas da noite. Em algumas freguesias do concelho continuou essa devoção, temendo a administração que o povo não acatasse ordeiramente a proibição.

Na Mêda, a administração do concelho pede também em 1913 à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais para que os sinos continuem a tocar de manhã e ao anoitecer, não por haver celebrações religiosas, mas para a população que não possui relógio se poder guiar nas horas<sup>49</sup>. Também a respeito dos sinos conta o periódico local de Armamar que numa das freguesias do concelho houve tumultos quando a nova Comissão Administrativa Paroquial composta por republicanos, mandou colocar um sino novo na igreja, e um dos membros da antiga comissão não quis emprestar uma corda capaz de fazer erguer o sino até ao alto do campanário, tendo sido espalhado pela freguesia o boato que o sino republicano estava excomungado, e o abade da terra mandou que o sacristão não tocasse no dito sino<sup>50</sup>.

Outra das perguntas do questionário acerca da aplicação da Lei da Separação de 1914, era se havia por ventura algum movimento de reivindicação da causa das congregações religiosas. Só em Tarouca é que o administrador e presidente da Comissão Administrativa responde afirmativamente, embora diga que são muito poucos. O que

47 *Ibidem*, p. 446.

48 *A Folha do Norte*, nº 1 de 23 de Fevereiro de 1911.

49 Cf: ACMF/Arquivo/CJBC/GUA/MED/ADMIN/046.

50 *A Beira Alta*, nº 17 de 27 de Agosto de 1911.

se compreende pela presença centenária da ordem de Cister por aquelas terras<sup>51</sup>. Nos restantes concelhos, parece que ninguém reclamou a causa das ordens religiosas.

Quanto à questão das cultuais, sem poder precisar números certos, podemos afirmar que pelo menos foram criadas em 7 paróquias<sup>52</sup>, Aveloso, Outeiro de Gatos, Barreira e Rabaçal (Cristianismo e Fraternidade), no concelho da Mêda, uma em Tabuaço (Irmandade de Santa Eufémia de Pinheiros), em Santa Marta de Penaguião e em Cabaços, no concelho de Moimenta da Beira, (Irmandade de São Torcato). Neste número, não posso distinguir as que são paroquiais ou vindas de irmandades e outras associações que tomaram a forma de cultuais.

A este propósito, a administração do concelho de Alijó diz no questionário de 1914 sobre a aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas que as cultuais não se formaram no concelho, nem se formam por não haver católicos que nelas queiram tomar parte em virtude de estarem condenadas pela Igreja.

Em Sabrosa o presidente da Comissão Executiva afirma que os párocos não pensionistas, principalmente o de Sabrosa, não consentem que as Irmandades exerçam o seu culto religioso por intermédio de seus ministros privativos, exigindo direitos paroquiais e pondo vários obstáculos.

Em Cinfães, o administrador, através de editais, chamava a atenção dos católicos para a ilegal situação em que o culto era exercido. Em jeito de ameaça, garantia que a postura, tolerada por ocasionais conveniências de ordem pública, devia acabar num futuro mais ou menos próximo. Os templos seriam fechados nas freguesias em que, por desleixo ou indiferença dos fiéis, não houvesse cultuais<sup>53</sup>.

Penso poder afirmar, pois não encontrei informação em contrário, que na diocese de Lamego os arrolamentos dos bens das igrejas, tal como a Lei da Separação previa, se fizeram sem tumultos de maior, ao contrário do que aconteceu noutras regiões.

Durante o período estudado, são também várias as notícias de igrejas que são assaltadas e profanadas, ficando muitas vezes por fazer uma averiguação séria para descobrir os culpados<sup>54</sup>.

## A) Os Sacerdotes face à Lei da Separação

No concelho de Cinfães, em Março de 1913<sup>55</sup>, estavam vagas todas as residências paroquiais, com excepção da freguesia de Oliveira, cujo padre era pensionista; aos

51 No concelho de Tarouca estiveram presentes os Cistercienses, em S. João de Tarouca e Salzedas.

52 Estes dados foram-me facultados gentilmente pela Doutora Maria Lúcia de Brito Moura, tendo-os ela recolhido na sua investigação para a tese de doutoramento: *A guerra religiosa sob a I República: o impacto da Lei da Separação*.

53 *Echos de Sinfães*, nº 45, de 14 de Dezembro de 1911.

54 *O Progresso*, nº 1450, 29 de Abril de 1911; *O Castrense*, nº 4, de 20 de Novembro de 1912, *A Beira Alta*, nº 62, de 12 de Setembro de 1912; *Correio da Beira*, nº 340, de 8 de Julho de 1914; *Boletim da Diocese de Lamego*, ano de 1916.

55 *Echos de Sinfães*, nº 101, 16 de Março de 1913.

restantes por não o serem<sup>56</sup>, foram-lhes retiradas, sendo os padres acusados de terem prejudicado o Estado levando a não serem arrendados os bens arrolados, terem distribuído o jornal *Evangelho* que atacava as leis da Separação, do Divórcio e do Registo Civil e serem apoiantes da causa monárquica e da insurreição de Paiva Couceiro. O mesmo aconteceu a quase todos os padres nas restantes freguesias da diocese, com excepção dos padres pensionistas. Também em Cinfães, em Julho do mesmo ano, o periódico republicano local acusa os abades do concelho de quererem voltar o povo contra a República, ao se recusarem a fazer as festas a que o povo está habituado, com a desculpa de que é a República que os proíbe<sup>57</sup>. E a propósito de festas, um correspondente do mesmo jornal queixa-se em Outubro de 1911 de uma festa que foi realizada em Espadanedo a Nossa Senhora de Lourdes, que para o correspondente nada teve de religiosa devido ao cunho político de que se revestiu, uma vez que todas as ornamentações, quer da capelinha, quer dos andores, exibiam somente as cores azul e branco da monarquia, e que apesar de terem abrilhantado a festa 3 bandas filarmónicas, nem uma só ousou tocar o Hino Nacional, ou a Marselhesa, pois se a imagem festejada era francesa, seria lícito ser tocada<sup>58</sup>.

Em Penedono, também em 1913, a Comissão Política faz queixa à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais pelo facto de o P. Carlos Augusto de Sousa Rodrigues, da freguesia de Penela da Beira, não ter sido privado dos benefícios materiais do Estado, apesar de ter sido condenado no tribunal de S. João da Pesqueira a entregar os livros de registos paroquiais e residência paroquial e o passal<sup>59</sup>. Tudo isto porque em 1911 o administrador de Penedono prendeu este pároco na administração, devido a ter exposto doutrinas contra o regime republicano. As gentes de Penela da Beira e Granja amotinaram-se ao terem conhecimento da prisão do seu pároco, que era acusado de ter aludido desfavoravelmente a algumas leis da República (Lei da Separação e Registo Civil), durante a eucaristia e, em número superior a oitocentos, foram a Penedono e arrombaram a porta da casa do administrador, conseguindo libertar o sacerdote.

No regresso de Penedono, acompanhando o sacerdote a Penela da Beira, onde residia, esta multidão apedrejou as casas dos republicanos, tendo estilhaçado os vidros das janelas e os telhados. A paróquia de Penela da Beira viveu nesta altura um ambiente de guerra, com a presença de uma força militar de oitenta e três praças do Regimento nº 9 de Lamego<sup>60</sup>.

Também o pároco de Poiães da Régua foi preso em 1911, mas o povo da freguesia acompanhou-o até à sede do concelho, reclamando a sua libertação. O sacerdote depois

56 Cf: ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/CIN/PROCD/001.

57 *Echos de Sinfães*, nº 116, 16 de Julho de 1913, em Julho de 1913.

58 *Echos de Sinfães*, nº 36, de 12 de Outubro de 1911.

59 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/PEN/PROCD/001.

60 *A Voz da Verdade*, nº 23, de 8 de Agosto de 1911.

de ouvido e admoestado, foi libertado. O facto originou grandes manifestações de regozijo. À entrada na sua freguesia, muitas senhoras cobriram-no de flores<sup>61</sup>. Mais tarde voltou a ser preso como suspeito de conspiração e despronunciado, após 6 meses de detenção. Na Régua o coadjutor da freguesia de São Faustino foi expulso da paróquia por 30 dias, por desrespeito à Lei da Separação, tendo sido substituído pelo pároco<sup>62</sup>.

No concelho de Tabuaço, foi expulso da paróquia de Sendim o pároco Joaquim Semedo Dinis<sup>63</sup> por haver transgredido a Lei do Registo Civil, fazendo um enterramento sem estar lavrado o Registo de Óbito no Registo Civil.

Já em 1919, é o padre António Maria Paixão de Andrade, pároco da freguesia de Póvoa de Penela, concelho de Penedono, que é acusado de ter feito um enterramento sem o respectivo boletim do Registo Civil<sup>64</sup>. Em 1920 o padre João Pinto Cortês de Macedo, já com mais de 80 anos de idade, vigário-mor da paróquia de Cambres, concelho de Lamego, é acusado de ter realizado diversos registos de nascimentos, casamentos e óbitos sem os respectivos boletins do Registo Civil, sendo condenado na pena de 12 meses de prisão correcional e 30 dias de multa à razão de 10 centavos por dia. Mas, atendendo ao seu bom comportamento e idade, a pena é-lhe substituída por uma multa de 10\$ por cada dia de prisão<sup>65</sup>.

O pároco de Foz Côa, P. José António Marrana, é condenado a uma pena de 9 meses de expulsão, por ter infringido a Lei da Separação, saindo para o exílio no dia 21 de Junho de 1913, acompanhado por uma multidão de pessoas até à estação de caminho de ferro do Pocinho<sup>66</sup>.

O mesmo aconteceu ao pároco de Vila da Rua, concelho de Moimenta da Beira, P. Jacinto de Almeida Mota<sup>67</sup> e ao de Castro Daire, P. José Tavares e Silva<sup>68</sup>.

## B) A questão dos Padres Pensionistas<sup>69</sup>

A Lei da Separação, sobretudo na questão das pensões atribuídas ao clero pelo artigo nº 113, deu origem a uma profunda divisão no interior do clero, o que afectou as vidas de numerosas paróquias e arceprestados. Se a imprensa republicana dividiu os padres em liberais e reaccionários, conforme tinham aceite ou recusado a pensão, a imprensa ligada à Igreja colocou os padres santos (os não pensionistas) de um lado

61 *A Voz da Verdade*, nº 23, de 8 de Agosto de 1911.

62 Cf: ACMF/Arquivo/CJBC/INQUE/VLR.

63 *Correio da Beira*, nº 243, de 30 de Julho de 1913.

64 ACMF/Arquivo/DGJC/VIS/PEN/PROCD/003 (Processo).

65 ACMF/Arquivo/DGJC/VIS/LAM/PROCD/003 (Processo).

66 *Correio da Beira*, nº 235, de 2 de Julho de 1913.

67 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/MOI/PROCD/001.

68 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/CAS/PROCD/002.

69 Cf: NETO, Vítor – *A Questão Religiosa na 1ª República: a posição dos padres pensionistas*. Separata da *Revista de História das Ideias*, nº 9. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1987.

e os maus e viciosos do outro (pensionistas). Esta deve ter sido a questão que mais problemas criou na diocese de Lamego, e que dividiu o clero e as populações.

O poder civil seguia atentamente a reacção do clero face à Lei da Separação, em particular a questão dos padres pensionistas. O administrador de Lamego, Dr. Alfredo Pinto de Azevedo e Sousa, convidou os párocos a reunir na sala nobre da Câmara Municipal. Mas não foi para os deixar à vontade, discutindo entre si. O representante do governo procurou patentear as responsabilidades que cabiam aos párocos pelo procedimento que tivessem no respeitante à execução da lei. Os padres deviam aceitar a pensão por a ela terem direito. Tinham pago os seus direitos de mercê, as quotas para aposentação e tinham prestado serviços civis de valor<sup>70</sup>.

É compreensível que um grande número de padres hesitasse na atitude a tomar. Havia alguma desorientação e muitos não sabiam o que fazer. Os bispos aconselhavam os subordinados, na situação de colados, a rejeitar a pensão, por meio de requerimento.

Cinco párocos do concelho de Tabuaço decidiram aceitar as pensões, considerando-as como indemnização de proventos abolidos e como compensação pelos serviços prestados ou a prestar ao Estado<sup>71</sup>.

Na Mêda, tanto o administrador do concelho como o presidente da câmara, afirmam que nenhum dos 2 padres pensionistas<sup>72</sup> foi perseguido pelo povo; mas sofreram más vontades e algumas desconsiderações por parte dos seus colegas não pensionistas, que têm procurado pô-los a mal com o povo. E numa reunião do clero arceprel, para deliberar sobre a aceitação da pensão ou não, entre a maioria dos padres não pensionistas e um pensionista, existiram graves problemas, por este último ter declarado que aceitaria a pensão.

O presidente da Câmara de Foz Côa conta que no concelho existem 4 padres pensionistas, que foram discriminados pelos não pensionistas, que se recusam a celebrar qualquer acto de culto de colaboração com eles. Conta também que em Cedovim assistiu a um facto altamente indecoroso e contrário aos sentimentos de piedade humana, onde os padres não pensionistas abandonaram quase todos o acompanhamento ao cemitério de um cadáver que haviam encomendado, por se ter juntado a tal acompanhamento um padre pensionista parente do defunto.

Pelo inquérito de 1914 sobre a aplicação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, sabe-se que, em alguns concelhos da diocese não houve problemas com os padres pensionistas, onde até eram estimados. É o caso do concelho de Lamego, onde os 5 padres não foram perseguidos e eram estimados, sendo que alguns até faziam parte do cabido o mesmo acontecia em Sernancelhe, Tabuaço, Armamar e Sabrosa.

70 *A Fraternidade*, nº 26, de 27 de Maio de 1911.

71 *O Comércio de Viseu*, nº 2587, de 15 de Junho de 1911.

72 Eram os padres: António Maria Machado, pároco encomendado da freguesia do Outeiro dos Gatos, e Manuel Joaquim Ferraz das Neves, pároco encomendado da freguesia de Aveloso.



Um sector do anticlericalismo republicano pretendia explicar a recusa dos bispos com a alegação de que eles teriam outras ajudas. Recorria-se à velha identificação dos adversários com jesuítas, afirmando-se que os cofres da Companhia de Jesus tinham capacidade para custear as despesas<sup>73</sup>.

Ao pároco Manuel Carvalho Pinto, de Távora e Granjinha, do concelho de Tabuaço, um dos que havia recusado a pensão no concelho, alguns republicanos das suas paróquias, aconselharam o povo a não lhe dar nada pelos serviços religiosos, visto que ele seria obrigado a prestar-lhos gratuitamente. Em vista disso, o sacerdote deixou de ir lá binar e foi processado em 1ª instância por isso, mediante uma queixa do administrador do concelho. O sacerdote apelou e o Tribunal da Relação do Porto, por acórdão de 2 de Dezembro de 1911, entendeu que a Religião Católica deixara de ser Religião do Estado, pelo que não tinha que envolver-se nesse assunto<sup>74</sup>.

Em Murça, o cónego José Pinto Jou, um dos sacerdotes que renunciara à pensão do Estado, é espoliado do passal paroquial e dos frutos que nele estão pendentes e em certo domingo, à saída da missa, em cuja estação anunciara a conversão da antiga cônica na prestação monetária dum vintém, é esperado à porta da sacristia da igreja matriz por um grupo de fanáticos republicanos, que só o não agrediram graças à intervenção de terceiros<sup>75</sup>.

Os jornais ligados à Igreja Católica inseriam nas suas colunas declarações de arrependimento vindas desses membros do clero. Tratava-se muitas vezes de clérigos pobres, pouco interessados em lutas políticas<sup>76</sup>, como o pároco de Trevões e Várzeas, do concelho de São João da Pesqueira, que enviou para os jornais uma declaração de renúncia. Confessou ter aceitado anteriormente a pensão, por estar convencido que a lei seria alterada pelo novo Governo da República. Afirmou ter lido em alguns jornais que a Santa Sé recomendara aos bispos que não aplicassem castigos disciplinares aos párocos pensionistas e pobres. Humildemente confessou não ter tido a necessária discrição para avaliar a veracidade ou falsidade do que era afirmado. Sentiu vontade de continuar como candidato à pensão. Mas, em vista do desmentido, renunciaria a ela nos inícios de Dezembro de 1911<sup>77</sup>.

O mesmo exemplo seguiram outros sacerdotes, pois a pressão exercida sobre eles era muita, tanto da parte dos colegas como do povo. Se por um lado tinham a pensão do Estado que os ajudava, perdiam por outro, pois não eram chamados para outros serviços religiosos pelos colegas, e o povo sabendo que recebiam a pensão do Estado, já não era generoso com eles nas suas ofertas.

73 *A Fraternidade*, nº 26, de 27 de Maio de 1911.

74 *Revista Católica*, nº 43, de 16 de Dezembro 1911.

75 COSTA, António Luís Pinto da – *O Concelho de Murça (Retalhos para a sua História)*. Murça: Câmara Municipal de Murça, 1992, p. 269.

76 MOURA – *A guerra religiosa sob a I República...*, p. 203-204.

77 *Correio da Beira*, nº 83, de 13 de Janeiro de 1912.



Outros que não tinham alma de lutadores e de mártires, apesar de ficarem junto dos seus paroquianos em circunstâncias adversas, foram desanimando quanto à generosidade dos paroquianos. Pensavam que as populações, não sendo compelidas, como acontecia no passado, ao pagamento das cômguas, se negariam a contribuir voluntariamente para o sustento do seu pároco. Estes receios não eram destituídos de fundamento, pois em algumas freguesias os paroquianos mostravam má vontade em pagar os serviços de alguém que se recusara a receber um ordenado do Estado.

O pároco colado Henrique Pereira, na freguesia de Moura Morta, concelho de Peso da Régua, renuncia à pensão afirmando que manteve sempre o propósito de renunciar a ela desde que os superiores hierárquicos não permitissem recebê-la, e se não o havia feito antes, foi porque quis conhecer o procedimento da maioria do clero português<sup>78</sup>.

O mesmo faz o P. João Pinto de Oliveira, pároco encomendado nas freguesias de Ucanha e Gouveias, do concelho de Tarouca, que apesar da sua pobreza, pede a renúncia à pensão para manter a sua dignidade sacerdotal<sup>79</sup>, tendo em 1914 levado um processo disciplinar<sup>80</sup>.

O P. José Aníbal Duarte, pároco de Sebadelhe, concelho de Foz Côa, que pede a renúncia à pensão quando do regresso do exílio do colega P. Marrana, de Foz Côa, foi um dos quatro pensionistas que esteve suspenso do exercício das ordens na diocese de Lamego, mas pediu ao bispo perdão, dizendo querer voltar ao serviço e, dessa forma, os colegas voltaram a falar-lhe e a considerá-lo<sup>81</sup>. Em Alijó, um dos 5 padres que pediu a pensão nunca a foi levantar.

No Natal de 1912, o bispo D. Francisco José, já no desterro, escreve uma circular aos padres pensionistas, dizendo-lhes que é preciso remover o escândalo de ser pensionista e optar ou pela pensão ou pelo exercício das ordens<sup>82</sup>.

Há que referir que numa mensagem entregue, em Março de 1912, pelos sacerdotes do arceprelado de Moimenta da Beira ao bispo D. Francisco José, já no exílio, os cinco padres pensionistas deste concelho se recusaram a assiná-la<sup>83</sup>. O mesmo aconteceu com a mensagem entregue pelos padres do arceprelado de Resende, em que os 3 padres pensionistas não assinaram a dita mensagem<sup>84</sup>.

Outros sacerdotes viram o seu nome na lista dos padres pensionistas, sem que tivessem pedido a pensão, escrevem mensagens ao presidente da Comissão de Pensões Eclesiásticas, pedindo que o seu nome seja retirado da “odiosa lista”; é o caso

78 *Revista Catholica*, nº 14, de 14 Outubro de 1911; e *O Progresso*, nº 1474, de 14 de Outubro de 1911.

79 *Revista Catholica*, nº 17, de 28 de Fevereiro de 1912.

80 Cf: ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/TAR/PROCD/001.

81 *Povo de Foz Côa*, nº 11, de 22 de Março de 1914.

82 *Revista Catholica*, nº 102, de 25 de Dezembro de 1912.

83 *Revista Catholica*, nº 21, de 13 de Março de 1912.

84 *Revista Catholica*, nº 26, de 20 de Março de 1912.

do pároco de Alvarenga, P. Augusto Soares de Noronha<sup>85</sup>. Estas mensagens eram depois publicadas nos jornais católicos, para que não restassem dúvidas da sua integridade.

Os detentores do poder político, por sua vez, colocavam-se ao lado dos pensionistas. O pároco de Várzea da Serra, P. Albino Alves Pereira, no concelho de Tarouca, que aceitara a pensão, tinha contra si grande parte dos seus paroquianos. Cerca de trinta descontentes deslocaram-se a Lamego, junto do bispo, com o objectivo de solicitar a sua substituição. Ao ter conhecimento dessa diligência, a autoridade administrativa chamou à sua presença os recalcitrantes e procurou intimidá-los, ameaçando-os com a prisão<sup>86</sup>. Este sacerdote acabou por sair da freguesia, pedindo licença em 1913 à Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais para se ausentar e em 1916 para receber em Lamego a sua pensão eclesiástica. Em 1919 o administrador do concelho de Lamego pede à Comissão Jurisdicional dos Bens Cultuais para que o pároco, ausente com licença, regresse à sua freguesia onde era colado. Na sua ausência foi substituído pelo P. Manuel de Carvalho Pinto Júnior, que em 1914 sofre um processo disciplinar.

No concelho de Tabuaço, o P. António Augusto Correia de Lima, pároco encomendado nas freguesias de Chavães e Vale de Figueira, casou civilmente em Outubro de 1911 na Régua e foi viver com a esposa para Guedieiros – Aldeia de Sendim, tendo sido solicitado, alguns meses depois, por muitos paroquianos, que desejavam que ele continuasse a dirigir as duas freguesias, de que era responsável antes do casamento. O padre acedeu e, à data em que a notícia foi enviada para os jornais, havia já celebrado missa, assistida por quase todos os paroquianos<sup>87</sup>, pelo menos nas primeiras vezes, tendo baptizado uma criança em Vale de Figueira e apresentando-se para ser padrinho de outra, numa igreja de Tabuaço, tendo sido recusado pelo pároco. Quando é suspenso pelo administrador do bispado de Lamego, a 21 de Maio de 1912, afirma que o fez a mando do administrador do concelho, sob pena de lhe ser suspensa a pensão<sup>88</sup>.

No Verão de 1913, na freguesia de Gosende, concelho de Castro Daire, grande parte da população estava cansada de dirigir pedidos ao bispo e ao administrador para que fosse dali retirado o padre pensionista António Cardoso de Abreu Castelo Branco. Como não eram atendidos, os populares invadiram a sua residência e colocaram-lhe a mobília na rua. O sacerdote solicitou a ajuda do administrador que, tendo-se deslocado à povoação, verificou que era inútil impor a presença de um pároco que tinha contra si a grande maioria dos habitantes da aldeia<sup>89</sup>. Mas os desacatos tinham já começado muito atrás, tendo o mesmo pároco recebido vários bilhetes anónimos metidos por debaixo da porta, em que era ameaçado de morte<sup>90</sup>. Com este mesmo sacerdote, deu-se

85 *Revista Catholica*, nº 43, de 16 de Dezembro de 1912.

86 *A Voz da Verdade*, nº 38, de 21 de Setembro de 1911.

87 MOURA, Maria Lúcia de Brito, *ob. cit.*, p. 221-222.

88 *Revista Catholica*, nº 42, de 29 de Maio de 1912.

89 MOURA – *A guerra religiosa sob a I República...*, p. 208-209.

90 *O Castrense*, de 10 de Abril de 1913.

outro episódio caricato; em Dezembro de 1912, foram convidados vários padres do concelho de Castro Daire a cantarem num funeral os ofícios de corpo presente. Entre eles estava o abade de Gosende, e por isso os colegas mandaram informar que não participariam no ofício enquanto ele não se fosse embora. Este episódio fez correr rios de tinta nos jornais locais, sendo o padre pensionista defendido sempre pelos órgãos republicanos<sup>91</sup>. Em Maio de 1913, o padre em questão pede à Comissão Central de Execução da Lei da Separação autorização para ir residir no lugar de Anciães, freguesia da Várzea, concelho de São Pedro do Sul, devido às dificuldades que estava a passar na paróquia com os habitantes<sup>92</sup>. O mesmo faz o P. Abílio Augusto da Costa, pároco da freguesia de Parada - Castro Daire, que pede licença para se ausentar da paróquia e receber a pensão em Lamego<sup>93</sup>.

Neste contexto, o Administrador do Concelho de Castro Daire diz-nos que em 1914 há dois padres pensionistas no concelho que os colegas mais ultramontanos perseguiram, alegando que aqueles estavam em oposição aos mandamentos dos chefes da Igreja. «Esses padres estão actualmente ausentes com licenças; devo porém dizer que a causa principal da sua ausência não foi a guerra dos colegas mas a pouca simpatia que tinham entre o povo já antes da República»<sup>94</sup>.

Percebe-se assim que alguns padres pensionistas optaram por abandonar as suas paróquias, com autorização ou sem autorização da Comissão Central de Execução da Lei da Separação. Muitos iam para a sua terra natal, ou para junto de familiares em terras distantes, fugindo dessa forma da pressão exercida por parte do bispo, colegas e paroquianos. É o caso do cônego capitular da Sé de Lamego, Augusto Dantas Barbeiros, que em Março de 1917 pede ao presidente da Comissão Central de Execução da Lei da Separação licença ilimitada para continuar a residir em Monção – Viana do Castelo, onde já está a residir desde 1911, visto que em Lamego não será bem recebido pelo bispo que quer que ele renuncie à pensão, nem pelos colegas do cabido<sup>95</sup>.

Em Agosto de 1912 os párocos do arceprelado de Moimenta da Beira, Manuel Pinto da Fonseca de Leomil, e Joaquim Francisco Ribeiro, de Peva, queixam-se ao Ministro da Justiça, por lhes ser retirada a licença para celebrar a 2ª missa nas anexas (Beira Valente e S. Martinho) pelo governador do bispado de Lamego, pelo facto de serem pensionistas, pedindo a intervenção do ministro junto do governador do bispado, para que a licença lhes seja novamente concedida<sup>96</sup>. Mas em 1914, o pároco de Peva pede licença, para se ausentar, à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, e o padre pensionista José Joaquim de Almeida, ex-pároco das freguesias

91 *O Castrense*, nº 6, de 10 de Dezembro de 1912

92 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/CAS/ADMIN/047.

93 ACMF/Arquivo/CJBC/VIS/LAM/PROCD/002.

94 ACMF/Arquivo/CJBC/INQUE/VIS.

95 ACMF/CJBC/VIS/LAM/ADMIN/022.

96 ACMF/CJBC/VIS/MOI/ADMIN/001.

de Rua e Moimenta da Beira, pede para lhe ser anulado o tempo restante da licença que lhe tinha sido concedida para residir em São João da Pesqueira.

Em Vila Nova de Paiva, o padre pensionista de Pendilhe, P. João Lopes Miguel da Fonseca, não é perseguido pelo povo, mas os padres não pensionistas não colaboram com ele no culto religioso, pois não o convidam para os actos religiosos nas suas freguesias nem tão pouco cooperam com ele nos actos religiosos da sua freguesia.

Outros pensionistas desistiram de afrontar uma Igreja, com a qual não viam possibilidade de conciliação. Preferiram o rompimento. Foi a via seguida pelo reverendo José Pedro da Silva, ex-pároco da freguesia de Casal de Loivos, concelho de Alijó, casado, que passou a servir na igreja evangélica<sup>97</sup>.

Em suma: tal como acontece a nível nacional, também na diocese de Lamego, não conseguimos saber ao certo quantos sacerdotes pediram a pensão do Estado<sup>98</sup>. Alguns jornais<sup>99</sup> apontam para 37, mas confrontando este número com outras fontes, damos conta de que ele é superior.

O número dos padres pensionistas da diocese de Lamego cujos nomes aparecem publicados no *Diário do Governo*<sup>100</sup>, é de 52; o número dos padres pensionistas da diocese de Lamego cujos processos de pedido de pensão entraram na Comissão Nacional de Pensões é de 59 e o número dos padres pensionistas da diocese de Lamego no Questionário acerca da aplicação da Lei da Separação<sup>101</sup>, é de 42.

Destes valores, eu entendo que os mais reais serão os da Comissão Nacional de Pensões, visto que lá se encontram todos os pedidos feitos pelos sacerdotes, e certamente, nem todos os nomes foram publicados no *Diário do Governo*, e outros que foram publicados, não teriam pedido a pensão.

Relativamente ao número apresentado no questionário acerca da aplicação da Lei da Separação, realizado em 1914, nesta data muitos dos sacerdotes que inicialmente tinham pedido a pensão, devido a todos os condicionalismos a que aludimos, já a tinham recusado, outros estavam fora das paróquias e outros até já teriam morrido.

Resta saber quais terão sido as razões para aceitarem as pensões. Terá sido para fugir à pobreza, como já foi referido? Ou será que comungavam dos ideais da República?

Vê-se também a afeição que os republicanos têm pelos padres pensionistas, pela mensagem que o P. Macário Pinto de Sousa Coutinho, padre pensionista de Penude – Lamego, recebe no jornal republicano radical da cidade, quando fica doente, sendo chamado de respeitável cidadão e virtuoso eclesiástico<sup>102</sup>. Ou pela mensagem enviada ao padre pensionista João Lopes Miguel da Fonseca, pároco colado na freguesia de

97 MOURA – *A guerra religiosa sob a I República...*, p. 293.

98 RAMOS, A. Jesus – *A Igreja e a I República*. Separata de *Didaskalia*, Vol. XIII. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1984, p. 280-282.

99 *Revista Catholica*, nº 78, de 2 de Outubro de 1912.

100 NETO – *A Questão Religiosa na 1ª República...*, p. 714-729.

101 ACMF/Arquivo/CJBC/INQUE/VIS.

102 *A Fraternidade*, nº 101, de 2 de Novembro de 1912.

Pendilhe – Vila Nova de Paiva, quando este é nomeado pelo bispo para a paróquia de S. Joaninho – Castro Daire<sup>103</sup>.

Outro exemplo da defesa que os republicanos fazem aos sacerdotes que comungam dos seus ideais, é o texto publicado num periódico de Armamar, onde é louvado e até chamado de santo o P. Fausto dos Santos Ribeiro, que uns anos antes fora coadjutor na vila e que agora anunciava o seu casamento civil em Vila Real, onde exercia as funções de professor, educador, pregador e amante<sup>104</sup>.

Outros sacerdotes, que reuniam condições para requerer a aposentação, optaram por fazê-lo nesta altura. Provavelmente, em condições normais, muitos destes padres não teriam dado tal passo. Mas nas circunstâncias que eram vividas aproveitaram um direito que lhes assistia e que não significava um favor da República, susceptível de atrair a má vontade dos seus colegas.

### C) A perda dos edifícios religiosos

Pesquisando no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, onde se encontram os documentos da Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais, encontrámos vários pedidos, das mais diversas entidades, sobre a finalidade a dar aos bens que foram retirados à Igreja. Se por norma, os passais foram arrendados, em alguns casos vendidos ou serviram para alguma nova construção, às residências paroquiais foram dadas a mais diversas finalidades<sup>105</sup>.

Para além das residências paroquiais e dos passais que foram retirados aos sacerdotes não pensionistas, na aplicação da Lei da Separação, tendo sido grande parte das residências utilizadas como edifícios de utilidade pública, normalmente escolas, como vimos, a grande perda para a diocese de Lamego foi o seu seminário e o paço episcopal.

Todos os bens que eram do seminário, cabido, mitra e fábrica, foram provisoriamente administrados pela Comissão Concelhia de Inventário dos Bens Eclesiásticos de Lamego.

O arrolamento do Seminário Maior inicia-se no dia 3 de Junho de 1911, com a presença do Dr. Alfredo de Sousa na qualidade de presidente da Comissão Concelhia de Inventário dos Bens Eclesiásticos. Os bens do seminário eram o edifício e a cerca, títulos de dívida pública, créditos, escrituras, foros, direitos líquidos e ilíquidos, com um valor superior a 200 contos de reis<sup>106</sup>.

103 *O Castrense*, nº 41, de 1 de Outubro de 1914.

104 *A Beira Alta*, nº 17, de 27 de Agosto de 1911.

105 Insiro aqui apenas os pedidos que encontrei na documentação, não sei se na realidade foram todos atendidos.

106 *A Fraternidade*, nº 32, de 8 de Julho de 1911.

Como valores culturais, achava-se o seminário dotado de biblioteca própria, de livros impressos, do cartório do cabido, do depósito dos livros findos dos registos paroquiais de toda a diocese. Por ordem do Governo, os cartórios capitular e episcopal foram encaixotados e remetidos para a Torre do Tombo<sup>107</sup>. Quanto aos livros de assentos paroquiais, a lei mandava depositá-los no arquivo distrital, no caso da diocese de Lamego no de Viseu, onde estão alguns documentos e no da Guarda, para onde não foi nenhum.

Os seminaristas já tinham saído do seminário uns meses antes, a 13 de Janeiro de 1911, ficando a residir em casas particulares e tendo aulas nas casas dos professores. Situação esta que só se veio a modificar em 1921,<sup>108</sup> com a compra da casa do Poço, junto da sé catedral, e que serviu de seminário maior, ainda que com más condições, até ao ano de 1961, altura em que os seminaristas passaram para o novo seminário construído de raiz pela mão do bispo D. João da Silva Campos Neves<sup>109</sup>.

As vocações sacerdotais não faltavam, mas não havia onde recolhê-las. Consciente desta realidade, o bispo D. Francisco José escreve uma Circular ainda no exílio, em Outubro de 1913, pedindo a todos os párocos da diocese que promovam nas suas paróquias o despertar de vocações, e que informem a secretária do Governo do Bispado, do número de rapazes que desejam ir para o seminário, de modo a que se prepare a sua estadia na cidade onde apesar de não haver casa própria receberão a devida formação<sup>110</sup>.

E as consequências não tardaram, se na 1ª década do século XX pelo seminário passaram 352 seminaristas e se ordenaram 133 padres para a diocese, na 2ª década o número baixou para metade, com 128 seminaristas e 58 padres ordenados, na 3ª década ainda pior, com 80 seminaristas e 14 padres ordenados; só na 4ª década, já com o seminário novamente a funcionar é que estes valores subiram, com 328 seminaristas e 57 padres.

Quanto ao destino a dar ao edifício do seminário, nele foi aquartelada pelo Governo uma pequena parte do regimento de Infantaria nº 9 e algumas repartições militares, e no convento de Santa Cruz o quartel militar<sup>111</sup>.

Quanto ao paço episcopal<sup>112</sup> foi cedido provisoriamente, pelo Decreto nº 3074 de 5 de Abril de 1917 à câmara de Lamego para instalação do Museu Regional criado pelo art. 6 da Lei nº 420 de 11 de Setembro de 1915 e pelo Decreto de 24 de Agosto de 1916, e a título de arrendamento enquanto não fosse instalado no edifício do Antigo Hospital Civil (o que nunca veio a acontecer), embora também tenha servido, nos primeiros tempos, como um espaço onde se realizaram alguns banquetes, reuniões

107 Cf: COSTA – *Seminários e Seminaristas de Lamego...*, p. 381

108 Cf: *Boletim da Diocese de Lamego*. Ano IV (2ª série), nº 11, 1921, p. 155-156.

109 *MEMÓRIAS dos Seminários de Lamego*. Lamego: Gráfica de Lamego, 1963, p. 16.

110 *Boletim da Diocese de Lamego*, nº 6, 15 de Março de 1916.

111 Situação que se mantém até aos dias de hoje. O seminário antigo é actualmente a messe dos oficiais do C.I.O.E.

112 Cf: ACFM/CJBC/VIS/LAM/ADMIN/017; Cedência do Paço Episcopal à Câmara Municipal.

políticas e “patuscadas”<sup>113</sup>; as outras partes serviram para receber a Guarda Nacional Republicana, uma repartição de Obras Públicas, os Correios, e até um esquadra de Bombeiros, estando alguns aposentos cheios de palha<sup>114</sup>.

A criação do Museu Regional no Paço Episcopal<sup>115</sup> era já uma vontade do bispo D. Francisco José, pois com essa finalidade já havia feito a recolha de obras de arte dispersas pela diocese bem como a recuperação e beneficiação do edifício.

A sua fundação só viria a acontecer em 5 de Abril de 1917, com a denominação de “Museu Regional de Obras de Arte, Arqueologia e Numismática”, os bens que constituíram o recheio inicial do museu, estavam na posse da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lamego, foram entregues ao seu primeiro director, João Amaral, no dia 21 de Maio de 1918, ano em que o Museu foi finalmente inaugurado. A especificidade do seu recheio levou a que a denominação “Regional” fosse abolida em 1965, passando a ser simplesmente designado por “Museu de Lamego”, nome por que ainda hoje é conhecido.

## Conclusão

Tal como aconteceu no resto do país, a diocese de Lamego não foi alheia ao clima anticlerical que se viveu nos tempos da Primeira República.

As medidas republicanas, aos poucos vão sendo postas em prática, pelo tacto das administrações municipais. Julgamos que a sua maior ou menor astúcia na aplicação dessas medidas terá sido determinante para que houvesse mais ou menos conflitos.

Facilmente compreendemos as atitudes de revolta e contestação de algumas populações da diocese de Lamego, que vivendo inteiramente o sentido da religião católica, quando se vêm proibidas de exercer as manifestações do culto externo, o culto interno limitado, privadas do toque dos sinos, vendo os seus sacerdotes serem presos, afastados das suas residências e passais, expulsos das suas paróquias, vendo as igrejas e os seus bens arrolados passarem a pertencer ao Estado, serem obrigados a que os ritos de passagem (baptizados, casamentos e funerais) que estavam ligados à Igreja, passassem para a competência do Estado, através do Registo Civil, onde o povo pobre tinha dificuldade em pagar os emolumentos mais elevados.

Compreendemos a não aceitação das cultuais, certamente por obediência às orientações do seu bispo e da hierarquia católica, mas também por sentirem que elas apenas seriam mais um meio de divisão na Igreja em geral e a nível local nas paróquias.

113 *A Fraternidade*, nº 158, de 6 de Dezembro de 1913.

114 LARANJO, Cordeiro, F. J – *Lamego Antiga*. Lamego: Câmara Municipal de Lamego, 1989, p. 27.

115 Cf: Rodrigues, José Júlio – *O Paço Episcopal de Lamego*. Separata do Boletim da Associação do Magisterio Secundario Official. Porto: Empresa Litteraria e Typografica, 1908.



Sentimos também a força do movimento laical que começa nesta altura a dar os primeiros passos, sobretudo a força da acção feminina, na defesa dos valores cristãos.

É este também um tempo de união e ao mesmo tempo de desavença no clero diocesano; união no sentido da solidariedade dos sacerdotes uns com os outros, ao verem-se privados dos rendimentos que permitiam a sua subsistência, ao terem que abandonar as residências paroquiais, tantas vezes perseguidos pelos ideais republicanos, acusados de serem uma força de bloqueio a esses mesmo ideais, ao serem-lhe retirados os livros de registo paroquial. Unem-se os sacerdotes quando se reúnem por arciprestados, manifestando a sua solidariedade para com o seu bispo expulso da diocese pelo período de dois anos e para com alguns colegas que são presos ou expulsos, que tantas vezes passam privações materiais, unem-se na firme defesa dos valores e liberdades do povo português.

Por outro lado, são estes mesmo sacerdotes, que tantas vezes no mesmo arciprestado ou até na mesma paróquia entram em desacordo uns com os outros, por comungarem ou não das ideias republicanas, mas sobretudo por causa das pensões. Presumimos que terá sido a aceitação das pensões por parte de alguns sacerdotes a questão que mais polémica e contra-testemunho deu. Em alguns arciprestados e paróquias ter-se-á mesmo vivido um clima de “guerra” entre padres, ao não se ajudarem uns aos outros nos serviços paroquiais e ao recusarem-se a participar em actos de culto na presença de pensionistas, chegando ao ponto de pôr o povo contra os pensionistas.

Fica também a diocese de Lamego privada dos bens materiais de que disponha, sendo o ícone dessa perda o seminário maior e o paço episcopal. Estas perdas serão futuramente causa da união dos cristãos lamecenses e de solidariedade, pois tudo vão fazer para que o paço e o seminário voltem a ser entregues à diocese; não o conseguindo, passarão a lutar pela construção de um novo seminário e pela compra de um paço episcopal.

A secularização da sociedade portuguesa, que se inicia com a Primeira República, não foi um mal; pelo contrário, bem entendida e vivida por todos os cristãos, foi uma oportunidade para o anúncio do Evangelho, e para o crescimento espiritual da Igreja, pois despojada de tudo o que era material, pode olhar para aquilo que é a verdadeira razão de ser Igreja, o anúncio da palavra de Deus e a solidariedade com o próximo.